



## ATA DA 13ª. REUNIÃO DO COLEGIADO DA FAZENDA – CONFAZ-M/AMMVI

Data: 17 de Maio de 2016

Presentes: Maria Angélica Faggiani, Secretária da Fazenda de Timbó, Mônica Susan Zimmer, Secretária da Secretaria de Gestão Administrativa e Fazendária de Pomerode, Germano Schroeder, Controlador Interno de Pomerode, Anderson Amauri Perini, Fiscal de Tributos de Pomerode, Mariana Blank Stortz, Fiscal de Tributos de Pomerode, Cleber José da Costa, Secretário de Adm e Finanças de Botuverá, Edena B. Censi, Secretária de Administração e Fazenda de Guabiruba, Mariana Baumann, Fiscal de Tributos de Guabiruba, Aldo José Koth, Fiscal de Tributos de Apiúna, Nivaldo Guirão Vera, Fiscal de Tributos de Brusque, Felipe Fabiani, Auditor Fiscal de Brusque, Silvia R. Sdrigotti, Auditora Fiscal de Brusque, Osnildo dos Santos, Fiscal de Tributos de Rio dos Cedros, Ademor Machado, Diretor de Finanças de Gaspar, Carlos A. P. Vinci, Secretário da Fazenda de Gaspar, Cleber Jose Costa, Secretário da Fazenda de Botuverá, Daniela R. W. Krambeck, Fiscal de Tributos de Timbó, Elvio Meurer, Comercial da IPM, Wesley S. de Fragas, Consultor de ISSQN da IPM, Marcos Bernhardt, Secretário da Fazenda de Brusque, Márcio Antônio Ferrari, Secretário da Fazenda de Indaial, Alexandre Fistarol, Auditor Fiscal de Ascurra, José Abel do Nascimento, Secretário da Fazenda de Blumenau, Gilmar Schneider, Tesoureiro da Fazenda de Blumenau, Célio Francisco Simão, Economista da AMMVI, Alexandre Carvalho Brigido, Advogado da AMMVI, José Rafael Corrêa, Secretário Executivo da AMMVI.

### ORDEM DO DIA:

#### 1. LEITURA E APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR.

Aberta a reunião às 09h:00m por Maria Angélica Faggiani. Em seguida, houve a apresentação de todos os presentes na reunião, que informaram seus nomes, municípios e cargos que ocupam. Após, houve a leitura da ata da reunião anterior, da qual não constou nenhuma objeção. Na seqüência, Célio, economista da AMMVI, iniciou uma exposição com os resultados das receitas dos Municípios através de tabelas do levantamento feito pelo dados do STN, onde foram apresentados os municípios que tiveram incrementos de arrecadação nas Receitas Próprias, no ISSQN, IPTU e ITBI. No caso dos municípios da AMMVI neste levantamento histórico de 2010 a outubro de 2014, da fonte do STN, período em que haviam todas as informações, no que novembro e dezembro faltavam tinham informações incompletas. Algumas análises foram feitas diante das informações no se destacaram o aumentos do ISS em Botuverá (210,01%) seguido de Guabiruba (139,75%), já o IPTU, destacou-se Botuverá (126%) e Gaspar (120%), já o

aumento do ITBI foi verificado em Guabiruba (400%), seguido de Ascurra (277%) e Benedito Novo 268%). Destacou ainda, que diante das Receitas Próprias o que mais representa para os municípios da região da AMMVI é o ISSQN (52,60%), destacando-se nesse Imposto os municípios de Apiúna (65%), Botuverá (59%) e Blumenau (56%). Comenta o sr. Célio, economista da AMMVI, que o município deve dispender maior alocação de recurso naquilo que melhor lhe dá retorno diante de uma questão de custo e benefício e como também o Ministério Público de SC também vem fazendo esse alerta, reforça. Apresentou algumas comparações com municípios fora da região, destacando-se o município de Itajaí, que apresentou aumento em todos os tributos próprios, IPTU (125%), ISS (79%) e ITBI (253%). Balneário Camboriú destaca-se o IPTU (50,62%) já o ISS é o menor apenas 21,78% da receita própria do município. O ITBI é muito forte no município de Chapecó, representa (61,27%) da RP, já Itajaí representa mais o ISS (65,88%), Florianópolis, Joinville e Criciúma seguem com o ISS melhor das RPs. Na sequência comentou sobre o crescimento do FPM e do ICMS dos municípios da AMMVI, sendo muito representativo o ICMS em Blumenau (80,67% contra 19,33%) do FPM, seguido de Pomerode (69%) e Indaial (62%) e Gaspar (61%). Já o FPM representa muito em Doutor Pedrinho (67%) e para Rodeio (62%). No mais o ICMS representa 67,83% do total das transferências constitucionais em relação ao FPM que é de 37% apenas. Com a situação econômica que vem passando a região nos últimos anos é preocupante, uma vez que a região não apresentou mudanças no setor que cresceu apenas 58,29% nesse período analisado de 2010 a 2014. Este quadro, finaliza o economista Célio, que deve-se repensar a economia da região como estratégia para os próximos anos com inovação para que ha mudança no contexto, conclui. José Abel, Secretário da Fazenda de Blumenau, mencionou que o seu Município faz as avaliações dos imóveis de acordo com o valor de mercado. Segundo ele, antes eram feitas três avaliações de mercado com corretores imobiliários. Hoje, porém, existem três auditores fiscais que são preparados para tal finalidade e fazem essas avaliações. José Abel ainda mencionou que essa mudança trouxe Justiça Fiscal e, ainda, ponderou que apesar de ser um processo lento e complexo, merece ser considerado, pois os resultados são bons para o Município. Mariana, Fiscal de Tributos de Pomerode, acrescentou que o Município de Pomerode fez uma espécie de dossiê com anúncios de imóveis de Imobiliárias, para que assim se tenha um acesso rápido à consulta de valores de mercado que estão sendo praticados pelos profissionais imobiliários. Tal dossiê auxilia os Fiscais a identificarem uma possível omissão de valores, quando tais são declarados à Prefeitura, como por exemplo no caso do ITBI, onde o Fiscal pode comparar o preço declarado na venda e o preço que estava sendo pedido no anúncio do imóvel pela Imobiliária. Finalizou dizendo que o Município de Pomerode está, no momento, fiscalizando todas as Imobiliárias do Município. Maria Angélica, Secretária de Administração de Fazenda de Timbó, disse que só com a Impugnação, nos casos de ITBI já se percebe um aumento na arrecadação. Fez inclusive uma comparação como era feito há alguns anos, onde o cálculo era feito apenas com base na planta de valores do IPTU. José Abel, de Blumenau, pediu a palavra para perguntar aos colegas como os Municípios vizinhos estão agindo nos casos de sucessão. Mencionou as situações em que a pessoa subscreve um terreno, por exemplo, de R\$5.000,000,00 (cinco milhões) por R\$ 100.000,00 (cem mil). Disse que nesse caso eles estão cobrando a diferença e que, apesar de haver repercussão no STF e diversas discussões judiciais sobre o tema, o Município de Blumenau já ganhou algumas causas em primeira instância. O Senhor Aldo José Koth, Fiscal de Tributos de Apiúna, disse que em seu Município a Planta Genérica de Valores está desatualizada e ainda há áreas a serem feitos lançamentos. Também comentou sobre o ITR dado que seria uma receita interessante. Sr. Célio, comentou que diante das informações obtidas a Receita seria bom para Rio dos Cedros e Timbó, pelo Convênio, cobriria os custos de manutenção, para os demais já não é muito atrativo, salvo cruzamento com o cadastro do CAR, conclui. Maria Angélica frisou que há problemas que envolvem questões de ICMS e FPM e lembrou da importância dos Municípios se prepararem para a Fiscalização de empresas optantes do Simples Nacional. O sr. Ademor

Machado, Diretor de Tributos em Gaspar, comentou das injustiça de fiscalizar uma empresa do Simples Nacional e levar a menor parte, cita um exemplo, que a prefeitura cobra um valor de R\$ 2 mil reais, enquanto que para a União gera 40 mil reais. Mas reforça que um curso de fiscalização nessa área continua sendo de grande interesse para o município, principalmente da operacionalização do Sistema. O Senhor Gilmar Schneider, Tesoureiro da Fazenda de Blumenau, sugeriu que primeiro se faça uma preparação focada na utilização do SEFISC, dada a complexidade desse sistema de fiscalização. Daniela, Fiscal de Tributos de Timbó, disse que não há propriamente uma fiscalização efetiva, mas sim uma orientação aos contribuintes de seu Município, sem entrar no mérito da ação fiscal em si, pois os Fiscais têm pouco suporte para tal finalidade, como no caso do contencioso. Será levado ao sr. José Rafael a possibilidade do curso do SEFISC. Na seqüência, Maria Angélica pediu se algum Município faz cobrança do ITBI através de contrato de compra e venda. A resposta foi negativa. O Senhor Célio, Economista da AMMVI, fez questão de lembrar que o Ministério Público está incisivo para verificar o aumento da arrecadação própria dos Municípios, principalmente no que diz respeito ao ISSQN.

## 2. APRESENTAÇÃO DO SISTEMA DA IPM SOBRE O ISSQN BANCOS

O Senhor Célio, após todos os comentários tecidos no tópico anterior, chamou os colaboradores da IPM para que apresentassem o sistema de ISSQN Bancos IPM. O Senhor Elvio Meurer, Comercial da IPM, cumprimentou a todos e fez explicações do sistema, do ponto de vista comercial. Na seqüência, o Senhor Wesley Fragas, Consultor de ISSQN da IPM, fez uma demonstração pormenorizada de todas as funcionalidades do sistema, situação em que todos os participantes tiveram a oportunidade de sanar as suas dúvidas.

## 3. COMPARATIVO DAS RECEITAS PRÓPRIAS DOS MUNICÍPIOS DA AMMVI COM OUTROS FORA DA REGIÃO.

Após a explanação do sistema de ISSQN Bancos, pelos profissionais da IPM, o sr. Célio retomou a apresentação voltada às receitas municipais, fazendo inclusive um alerta sobre a importância de um ajuste nos Códigos Tributários Municipais dos Municípios que ainda não o fizeram. Falou também da importância de os Municípios investirem na contratação de Fiscais, pois eles são profissionais fundamentais para a Administração Pública, sendo que o retorno de receita que um Fiscal dá ao Município acaba por vezes valendo sua contratação. Aprimorando conhecimento aos servidores para avaliar os impostos municipais de forma mais setorial, avançando ou dando mais importância do declínio dessas receitas ou propriamente uma sonegação. Na questão específica de fiscalização de Bancos, Célio disse que dependendo do número de agências que existe em uma cidade, deveria haver um Fiscal apenas para cuidar da fiscalização dos Bancos, que é uma receita muito atrativa. Em seguida, pediu a palavra o sr. José Rafael Corrêa, Diretor Executivo da AMMVI, falou sobre o curso a ser realizado no dia 02 e 03 de Junho, sobre Fiscalização de Bancos, Cartórios e Construção Civil. Estimulou para que todos os Municípios da AMMVI participem desse curso, pois a AMMVI está bancando a maior parte do valor do curso. Dessa forma, cada servidor de Município conveniado da AMMVI pagará apenas R\$ 152,00 (cento e cinquenta e dois reais). Disse que até o momento há poucos inscritos para o curso e que nos próximos dias o quórum

deve de ser maior para que não haja um possível cancelamento. Rafael citou que há um acompanhamento feito pelo Ministério Público, no sentido de verificar se os Municípios estão fiscalizando, por exemplo, os segmentos de Bancos e Cartórios. Por fim, Rafael disse que há outra questão que precisa ser verificada junto aos Municípios, que é sobre a IN 20 do Tribunal de Contas do Estado, que passará a exigir mais relatórios do que os que já estão sendo apresentados. Informou que a FECAM vai convocar uma reunião logo. Segundo Rafael, esses relatórios, quadrimestrais, não deverão ser apresentados apenas pelas Prefeituras, no caso, pelos Prefeitos, mas sim por todos os gestores Municipais. A AMMVI está fazendo uma análise sobre essa situação para que haja uma harmonização. Rafael ponderou que será feita uma parceria com o Tribunal de Contas do Estado, no sentido de haver uma capacitação para montar esses relatórios. Sr. Rafael comentou sobre a reunião do início do ano com os prefeitos, do planejamento, na qualificação dos servidores. Trazer para a região os cursos da FECAM e que a AMMVI poderá como disse, abarcar parte das inscrições. Comentou sobre o questionário do MP/SC, e de acordo com conversa com o Órgão, o MP quer ações na área tributária por isso vai analisar os questionários. O sr. José Rafael falou ao MP que os municípios já tiveram crescimento esperado, mas que aumentar novamente não temo como. Aproveitando ocasião, a sra. Maria Angelica (Pileka), presidente do Colegiado, disse que o TCE pede muitos documentos e está dificultando os afazeres da administração municipal, muita burocracia e trava o andamento dos trabalhos. O Sr. José Rafael, informou que tem conversado com o TCE. Dentre os quais está a análise do estouro das limitações da LRF que deve haver em todos os municípios, mas que o TCE tratará dentro dos moldes toleráveis, teria critérios, cuja adaptações será decido em reunião deles em Julho. Comentou que os municípios podem contestar a situação dos cumprimentos dos percentuais da LRF através de ações contra o TCE. Pediu ainda, que os municípios façam os registros das dívidas da União e do Estado com o município. Em reunião conjunta com as 3 regiões do Vale junto ao Fórum Catarinense, foram levadas as reivindicações, dentre elas, a cobrança dos repasses aos municípios das dividas com os mesmos. Existe a deficiência da questão do transporte escolar que gera um custo para o município sem contrapartida do Governo, mas que depende a necessidade face ao numero de alunos. Comentou que teve reunião com os secretários de Estado na ACIB – Associação Empresarial de Blumenau assunto amplamente discutido sobre os compromissos das obrigações do estado com o município. Esta Carta, foi amplamente divulgada pela imprensa. Informou que o Estado não vai repassar até o final do ano para a Saúde o valor das cirurgias de retina os municípios teriam de assumir. Sr. José Rafael Corrêa, comentou também que foi contratado o sr. Maurélio Soares, contador, servidor da Câmara de Gaspar, para fazer um levantamento na área de custos nos municípios, iniciado a princípio em Rodeio e Botuverá utilizando software diferentes (EGEM e STN) mas esta contratação é sem custos para o município. Informa que se pretende trazer em julho esse pessoal dos sistemas de custos que é prioridade dos prefeitos. Tudo para fazer e qualificar, pois o prazo vai até 2023. Pediu aos secretários para aproveitar os cursos programados e que poderá a AMMVI custear a participação finalizou. A presidente do Colegiado sra. Maria Angélica Faggiani, questionou sobre a questão do patrimônio, será utilizado que tabela para fazer a depreciação? Disse o Sr. José Rafael, que o TCE tem uma tabela e que poderia usar a deles por exemplo. Disse ainda, que teve uma reunião com o TCE e questionou sobre o patrimônio para saber a situação. Esteve em Brasilia no STN durante 3 dias, neste encontro foi comentado que o mesmo caso de SC que questiona sobre o montante da dívida poderia a prefeitura também usar esse critério do tipo de cálculo da sua dívida federal. Deste modo falou sobre o PL 257 que interessa a todos em negociar a dívida, projeto de lei em tramitação, mas o Governo chamou isso de má gestão. Comentou ainda que a RCL é somado a folha, as despesas com os hospitais, Clínicas que a prefeitura aloca recursos e que aumenta o percentual diante da LRF, pediu que está em estudo mudar o formato neste caso. Para terminar, comentou para que os servidores participem dos cursos do EGEM, e criem subgrupos no colegiado para estudar certos assuntos, podendo interagir com outros colegiados

inclusive. Comentou que outrora a AMMVI tinha contratado o Dr. Luciano, já falecido, para acertar os CTM Código Tributários Municipais e que foi de grande valia esse trabalho alinhando e atualizando o conteúdo, mas que agora temos que adequar novamente, concluiu. A sra. Maria Angelica, pediu ao sr. José Rafael que repasse as informações dos assuntos de contabilidade/controladoria e dos prefeitos aos secretários também pois os assuntos interessam dado que envolvem finanças e ordem administrativa, finaliza.

#### 4. CENÁRIOS E PREVISÃO DE RECEITAS PARA OS PRÓXIMOS MESES

Célio iniciou a demonstração do cenário econômico e a previsão de receitas para os próximos meses. Durante a apresentação, Célio novamente chamou a atenção para a importância de aumentar a fiscalização do ISSQN, para que o Município tenha maior autonomia financeira, bem como em virtude da exigência e fiscalização do Ministério Público. O Senhor Márcio Antônio Ferrari, Secretário de Administração e Fazenda de Indaial, por sua vez, disse que se coloca no lugar do empresário. Segundo ele, muitas das vezes uma fiscalização acaba por quebrar o contribuinte. Desta forma, se a situação já não é boa com a ausência de recolhimento de alguns tributos, a situação pode piorar, tendo em vista que se a empresa quebra, surgem outros problemas, tais como o desemprego, visto que muitos empregos “somem”. Finalizou dizendo que talvez o melhor caminho seja o ITBI, ou focar em contribuintes que realmente não pagam o ISSQN. Continuando, o Sr. Célio, repassou tendências dos valores das transferências do FPM e do ICMS comentou que o mês de Junho será um mês ruim, para ambas as situações, que devem se planejar para este cenário. Tal situação informa, que tudo depende da taxa SELIC, que podem piorar o quadro já que as reuniões serão só em 7 e 8 de julho e 18 e 19 de agosto. Até lá pode nada mudar na economia cuja tendência é segurar o consumo e manter a taxa SELIC. O que se espera que mude a partir de setembro reestabelecendo o fôlego na economia para patamares melhores, encerra. O sr. Marcio Ferrari de Indaial, pergunta se virá o auxílio de 0,75% do FPM ajuda ao municípios, de modo que que possa vir alguma receita para aliviar as despesas, mas não soubemos dizer, face aos ajuste do Governo Federal e que por precaução não poderíamos contar de momento.

#### 5. COMPLEMENTAÇÃO DOS MEMBROS DA DIRETORIA DO CONFAZ-M/AMMVI

Foi feita a complementação dos membros para a diretoria do CONFAZ-M/AMMVI 2015/2016, que resultou na escolha dos seguintes membros: 2º Vice-Presidente: Márcio Antônio Ferrari, Secretário de Administração e Fazenda de Indaial. 2º Secretário: Carlos A. P. Vinci, Secretário de Administração e Fazenda de Gaspar.

#### 6. REGIMENTO INTERNO

Maria Angélica leu o Regimento Interno para discussão e aprovação, o qual restou aprovado.

#### 7. ASSUNTOS GERAIS

Após a retomada de alguns assuntos que foram tratados ao longo da reunião, onde todos os presentes tiveram a oportunidade de manifestar-se, Maria Angélica agradeceu a todos os presentes e

frisou da importância de haver mais reuniões do Colegiado da Fazenda, bem como a participação de todos os Municípios, pois a troca de experiências é fundamental para o constante aprimoramento.

**Mônica Susan Zimmer**

Secretária de Gestão Admin.e Faz.de Pomerode

1ª. Secretária do CONFAZ-M/AMMVI

**Maria Angélica Faggiani**

Secretária da Fazenda de Timbó

Presidente do CONFAZ-M/AMMVI

Em exercício